

## CONSELHO MUNICIPAL DA CONDIÇÃO FEMININA FRANCA – SP

### 1 **ATA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DA CONDIÇÃO FEMININA DE** 2 **FRANCA – 17 DE NOVEMBRO DE 2023.**

3 Ao décimo sétimo (17) dia do mês de novembro de 2023, às nove horas e trinta minutos (09h30), na  
4 Secretaria de Ação Social, sito à Avenida Champagnat, 1750 – Centro, teve início a 10ª Reunião Ordinária do  
5 Conselho Municipal da Condição Feminina de Franca – CMCF, do exercício de 2023. Estiveram presentes na  
6 reunião nove (09) conselheiras, sendo quatro (04) do Poder Público e cinco (05) da Sociedade Civil, com as  
7 seguintes **Conselheiras Titulares:** Mariani Dias Souza, Priscila Aparecida Martins, Adriana Barbosa  
8 Raymundo, Karla Marques, Ana Caroline de Andrade Lopes, Flavia Mildres Rodrigues Ribeiro e Israild  
9 Giacometti. **Conselheiras Suplentes na Titularidade:** Giovana Cristina Rosa. **Conselheiras Suplentes:**  
10 Viviane Rodrigues da Costa. Pela **Secretaria-Executiva do CMCF** estiveram presentes: Maria Amélia Facioli  
11 Vergara, Secretária Executiva e Luiza Pasquarelli, estagiária. A pauta após aprovação foi a seguinte: **I –**  
12 **EXPEDIENTE REUNIÃO ORDINÁRIA: 1.1 – Registro de presenças, verificação de quórum e**  
13 **apresentação das justificativas das Conselheiras ausentes; 1.2 – Deliberação e Aprovação da pauta;**  
14 **ORDEM DO DIA: 2 – Assuntos: 2.1 – Participação do Ministério Público, Instituto Escuta Ativa e**  
15 **Defensoria – apresentação – Atendimento à Mulher em Situação de violência 2.2 – Devolutiva sobre**  
16 **trabalhos da Comissão de Comunicação – compilado dos Fluxos e Protocolos da Rede de atendimento às**  
17 **mulheres em situação de violência até o momento 2.3 – Convite Caminhada – “Em defesa Delas” – dia 01**  
18 **de dezembro – 9h30 – saída da Avenida Presidente Vargas (em frente à Prefeitura) confirmar**  
19 **conselheiras participantes 2.4 – Convite Caminhada do Grupo Mulheres do Brasil – dia 09.12 –**  
20 **confirmar conselheiras participantes 2.5 – Apresentação de Proposta de calendário de Reuniões 2024**  
21 **para deliberação do colegiado III – INFORMES GERAIS – 3.1 – Devolutiva de participação de**  
22 **conselheiras em eventos e sobre atividades realizadas 3.2 – Convite 6ª Audiência Pública do CMAS – dia**  
23 **22 de novembro – 7h30 às 11h30 – Câmara Municipal de Franca 3.3 – Sancionada a Lei 14.717 – Institui**  
24 **a Pensão Especial para crianças e adolescentes filhos de mães vítimas de feminicídio 3.4 – Palavra aberta**  
25 **às conselheiras e convidadas.** A Presidente, Flavia Mildres Rodrigues Ribeiro, iniciou a reunião  
26 cumprimentando as Conselheiras e convidadas presentes e realizou a verificação do quórum. Verificado que o  
27 conselho não alcançou o quórum, com a presença de oito (08) conselheiras titulares ou suplentes na  
28 titularidade, foram apresentadas as seguintes **Ausências Justificadas:** Larissa Gatti Gomes, Sandra Cristina  
29 Fernandes Lopes, Karina Raquel M. B. Bizzi, Myrian Ravanelli Scandar Karam, Regina Célia de Souza  
30 Beretta, Marina Costa de Lima, Josiane da Silva Poli e Ana Clara Fonseca de Souza. E ainda, as **Ausências**  
31 **Injustificadas:** Cristiane de Melo Castro Masui, Cacilda Barsanulfo Ribeiro, Isabela Augusto Soares, Karla  
32 Migani de Andrade Tozzi, Juliana da Silva Paiva, Adriana Cristina Gomes, Walquíria de Castro, Marília  
33 Angélica Martins, Luciana Lopes Canavez, Janaína Lucas dos Santos e Elaine Cristina Rocha. Visto que o  
34 quórum não foi alcançado, a reunião foi continuada sem nenhuma deliberação. Assim, a Presidente Flavia

## CONSELHO MUNICIPAL DA CONDIÇÃO FEMININA FRANCA – SP

35 Mildres iniciou a apresentação do primeiro item **2.1 – Participação do Ministério Público, Instituto Escuta**  
36 **Ativa e Defensoria – apresentação – Atendimento à Mulher em Situação de violência:** Luciano Massom,  
37 defensor público na comarca de Franca, representou a Defensoria Pública, durante a reunião, que se iniciou a  
38 partir da apresentação das conselheiras e do defensor que agradeceu pelo convite e destacou que o atendimento  
39 às vítimas de violência doméstica é uma demanda recorrente na Defensoria Pública. Na oportunidade, também  
40 foi informado que a Defensoria Pública atualmente se localiza na Av: Presidente Vargas, n. 299, o e-mail para  
41 contato é [unidade.franca@defensoria.sp.def.br](mailto:unidade.franca@defensoria.sp.def.br) e o telefone (16)3722-5783. Trata-se de uma instituição “porta  
42 aberta”, ou seja, a pessoa que chegar é acolhida e atendida, mas inicialmente os casos passam por triagem  
43 socioeconômica, tendo em vista que a proposta do órgão é atender a população mais vulnerável, sendo a mulher  
44 vítima de violência uma situação entendida como de significativa vulnerabilidade. Segundo o defensor, a partir  
45 do relato de violência, a mulher é imediatamente acolhida e são feitos os devidos encaminhamentos,  
46 respeitando sempre seu desejo, tendo em vista que muitas mulheres não querem formalizar qualquer tipo de  
47 denúncia, nesses casos, há uma tentativa de sensibilização sobre a importância de formalização da denúncia e  
48 quando a mulher demonstra interesse os órgãos responsáveis são oficiados e os encaminhamentos pertinentes  
49 realizados, sendo a Delegacia da Mulher o primeiro direcionamento, considerando que a delegada tem  
50 prerrogativa de determinar a fixação das medidas protetivas, também são realizados encaminhamentos para  
51 atendimento com assistente social e psicóloga da Defensoria Pública e, a partir daí, ocorre o contato com a rede  
52 intersetorial para segmento no atendimento, às vezes, com necessidade de acolhimento institucional,  
53 encaminhamento para serviço de saúde, além das demandas jurídicas propriamente ditas, como ação de  
54 divórcio, busca e apreensão de filhos, afastamento do cônjuge do lar conjugal, entre outras. De acordo com o  
55 defensor, o horário regular de atendimento é de segunda a sexta-feira das 08h às 12h, mas, em casos  
56 específicos, se a mulher comparecer após esse período também pode ser atendida, já que a Defensoria funciona  
57 até 18h e casos de urgência contam com reserva de horários na agenda para agilizar o atendimento. O fluxo de  
58 atendimento consiste no agendamento e entrega de uma lista de documentos para avaliação socioeconômica  
59 para posterior atendimento jurídico, mas nos casos em que a mulher acabou de ser vítima a documentação é  
60 dispensada e a mulher atendida o mais rápido possível, levando os documentos num segundo momento. Em  
61 relação a avaliação socioeconômica o recorte de renda para atendimento determina um perfil familiar com  
62 renda inferior ou igual a três salários mínimos nacionais, sendo que existem alguns critérios que elevam o valor  
63 da renda para quatro salários, como, por exemplo, famílias com criança, adulto com deficiência ou idoso com  
64 problema de saúde em sua composição. Nesse momento, o promotor de justiça Cláudio Scavassini, convidado  
65 para representar o Ministério Público e o Instituto Escuta Ativa, chegou ao local para contribuir com a reunião,  
66 mas, antes de iniciar suas colocações, o defensor público ainda sublinhou sobre a possibilidade de agendar e  
67 realizar atendimento online às segundas, quartas e quintas-feiras através do site da Defensoria Pública, sendo  
68 explicado que em casos mais urgentes se a data do atendimento presencial ou online ficar muito distante é

## CONSELHO MUNICIPAL DA CONDIÇÃO FEMININA FRANCA – SP

69 possível que os serviços da rede intersetorial enviem e-mail para o órgão solicitando prioridade para antecipar a  
70 data. No que se refere ao número de atendimentos realizados com foco na violência doméstica, o defensor  
71 pontuou que não dispunha de tal dado, no momento, mas acredita que numa manhã de atendimentos com 65  
72 senhas, três ou quatro são ações que envolvem mulher vítima de algum tipo de violência, além de que, muitas  
73 vezes, que a mulher chega até a Defensoria com outras demandas, mas também enfrenta situação de violência  
74 doméstica e por diversos motivos prefere não denunciar. Outros pontos enfatizados pelo defensor foram os  
75 frequentes relatos de mulheres sobre autores de violência que consomem bebida alcoólica de maneira abusiva,  
76 bem como os arrependimentos em relação a formalização das denúncias. Nesse sentido, o promotor enfatizou  
77 que o uso de drogas por autores da violência, tanto lícitas quanto ilícitas se mostra muito recorrente e é uma  
78 questão a ser analisada visando intervenções que considerem a complexidade da situação, além de assinalar que  
79 os arrependimentos, geralmente, estão relacionados as dificuldades, pressões e dependências que essas  
80 mulheres estão submetidas em seu cotidiano. Seguindo com a explanação sobre o fluxo de atendimento o  
81 defensor público explicou que nos casos necessários a demanda é encaminhada ao Centro de Atendimento  
82 Multidisciplinar (CAM), onde atuam a psicóloga Alcide e o assistente social Leonildo que efetuam as  
83 orientações e os encaminhamentos necessários. Após a referida explicação, a secretaria executiva do conselho  
84 Maria Amélia destacou para os convidados o objetivo do Conselho de auxiliar na documentação do fluxo  
85 intersetorial que já existe na cidade, mas não se encontra unificado em um único documento, sendo que a  
86 proposta visa contribuir com os profissionais da rede de atendimento e principalmente com as mulheres vítimas  
87 de violência, a partir do diálogo e da formalização de tal fluxo, sublinhando que representantes da Secretaria de  
88 Ação Social, da Secretaria de Saúde, da DDM, da Defensoria e do Ministério Público, além do Instituto Escuta  
89 Ativa foram convidados pelo Conselho no intuito de colaborar de maneira direta ou indireta com a construção  
90 desse documento. Na sequência, o promotor de justiça, destacou sobre o trabalho do Núcleo de Apoio às  
91 Vítimas de Violência (NAVV) no Ministério Público que tem uma abordagem semelhante ao CAM, mas com  
92 uma equipe composta atualmente por apenas duas psicólogas, enfatizando que há intenção de incluir também  
93 um profissional do serviço social futuramente a fim de proporcionar um atendimento multidisciplinar. A  
94 presidente adjunta do Conselho, Flávia, pontuou que as intervenções nos casos de violência doméstica também  
95 envolvem ações coletivas nos serviços da rede de atendimento, em especial nos serviços vinculados a política  
96 de educação, com objetivo de promover reflexões sobre as relações de posse e afeto, bem como o apoio para a  
97 mulher conseguir identificar a situação e romper com o ciclo que vivencia. Com isso, a conselheira Israild  
98 comentou sobre o relato que leu acerca do trabalho com os autores de violência doméstica em Cuba e em São  
99 Paulo e o promotor explicou sobre o trabalho que iniciou, há seis meses, em Franca tendo como público alvo os  
100 autores de agressão que passaram por reclusão em regime fechado e foram liberados a partir da audiência de  
101 custódia sob a condição de frequentar as reuniões propostas. Trata-se de um encaminhamento compulsório, mas  
102 os homens que possuem interesse de maneira voluntária também participar, sendo que o trabalho consiste na

## CONSELHO MUNICIPAL DA CONDIÇÃO FEMININA FRANCA – SP

103 realização de seis reuniões realizadas todas as quartas feiras das 18h às 19h no Ministério Público, no formato  
104 de roda de conversa sob a condução do Ministério Público, do Centro de Referência Especializado de  
105 Assistência Social (CREAS), do advogado Alex, da Patrulha Maria da Penha e dos Alcoólicos Anônimos, pois  
106 geralmente os participantes fazem uso de substâncias psicoativas. O promotor destacou que o uso de drogas  
107 ilícitas se fez presente em todos os casos encaminhados para a reunião, até o momento, e explicou que  
108 identifica a droga como gatilho importante para inúmeras situações, com isso, a conselheira Geovana também  
109 assinalou que muitos casos que chegam até a DDM envolvem uso de drogas dos autores de agressão e que  
110 muitas mulheres que comparecem na delegacia buscam mais ajuda para tratamento do que formalização de  
111 denúncia, contudo, como esse não é o papel da delegacia, e o órgão não consegue contribuir nesses casos.  
112 Diante desses relatos, a presidente Flávia sugeriu uma ação do CMCF junto com o Proerd e as universidades  
113 que contam com curso de medicina na cidade, tendo em vista que o uso de drogas se trata de uma questão de  
114 saúde pública. Por fim, foi solicitado o fluxo por escrito para Defensoria, Ministério Público e Escuta Ativa,  
115 caso disponham de tal registro e o defensor público se comprometeu a enviar por e-mail o documento referente  
116 ao órgão em que atua. Sobre possíveis intervenções envolvendo saúde mental, orientações e encaminhamentos  
117 para autores de violência que fazem o uso de drogas foi acordado que a conselheira Priscila entrará em contato  
118 com o Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas (CAPS AD) para indagar sobre a participação de  
119 representantes do CMCF em alguma das reuniões mensais da rede de Matriciamento em Saúde Mental para  
120 levar os apontamentos levantados na reunião de hoje; **2.2 – Devolutiva sobre trabalhos da Comissão de**  
121 **Comunicação – compilado dos Fluxos e Protocolos da Rede de atendimento às mulheres em situação de**  
122 **violência:** as conselheiras Viviane, Cristina e Priscila dialogaram sobre o assunto em reunião online e  
123 colocaram algumas dúvidas no grupo de WhatsApp do Conselho a fim de mobilizar as outras integrantes da  
124 comissão a participarem da construção, mas como não houve nenhuma manifestação a comissão deve se reunir  
125 novamente para dar andamento à tarefa; **2.3 – Convite Caminhada – “Em defesa Delas” – dia 01 de**  
126 **dezembro – 9h30 – saída da Avenida Presidente Vargas (em frente à Prefeitura) confirmar conselheiras**  
127 **participantes:** as conselheiras Ana Caroline, Flávia, Geovana e Carla se comprometeram a participar, sendo  
128 acordado que o convite será reforçado no grupo de WhatsApp do CMCF para as conselheiras que estavam  
129 ausentes na reunião; **2.4 – Convite Caminhada do Grupo Mulheres do Brasil – dia 09.12 – confirmar**  
130 **conselheiras participantes:** A presidente adjunta do CMCF apresentou o convite e destacou que além da  
131 caminhada está prevista manifestação na praça Nossa Senhora da Conceição, explicou que para organizar tal  
132 evento, no dia 24/11/23 será realizado um Café da Manhã às 07h30 na Casa Mulheres do Brasil, R: Capitão  
133 Zeca de Paula, n.410, para as lideranças que se interessarem em contribuir e as conselheiras ficaram de verificar  
134 a disponibilidade para participar; **2.5 – Apresentação de Proposta de calendário de Reuniões 2024 para**  
135 **deliberação do colegiado:** Acordado que o calendário ficará para apreciação na próxima reunião devido à  
136 ausência de quórum; **III – INFORMES GERAIS – 3.1 – Devolutiva de participação de conselheiras em**

## CONSELHO MUNICIPAL DA CONDIÇÃO FEMININA FRANCA – SP

137 **eventos e sobre atividades realizadas:** não houve nenhuma manifestação sobre esse assunto; **3.2 – Convite 6ª**  
138 **Audiência Pública do CMAS – dia 22 de novembro – 7h30 às 11h30 – Câmara Municipal de Franca:**  
139 Maria Amélia informou que, na Audiência Pública, o CMAS apresentará todos os serviços da política de  
140 assistência social, enfatizou a importância da participação do CMCF e pontuou que o evento também será  
141 transmitido pela TV Câmara e canal do YouTube do Conselho; **3.3 – Sancionada a Lei 14.717 – Institui a**  
142 **Pensão Especial para crianças e adolescentes filhos de mães vítimas de feminicídio:** a discussão e a  
143 socialização de informações ficaram para a próxima reunião; **3.4 – Palavra aberta às conselheiras e**  
144 **convidados:** o promotor de justiça convidou as conselheiras para conhecer o NAVV, e destacou juntamente da  
145 presidente Flávia o convite para evento organizado pelo S.O.S Mulheres e DDM para roda de conversa no dia  
146 22/11 às 19h30, no bairro Aeroporto. Finalizados os assuntos, a Reunião se encerrou às onze horas quarenta e  
147 cinco minutos (11h45) e eu, Priscila Aparecida Martins, conselheira do CMCF, lavrei a presente Ata, que uma  
148 vez lida e aprovada, será anexada à lista das conselheiras participantes.